



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

MALALA E O DIREITO À EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A INFÂNCIA A PARTIR DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

DOI: 10.56579/eduinterpe.v2i1.3719

Valeria Silva de Araújo¹; Francisca Jaciara Braga dos Santos²; Elda Portela Damasceno³; Jennyffer Teles Gomes⁴; Any Elle Varanda Spíndola⁵; Francisco das Chagas Barroso Uchôa⁶

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Profhistória. E-mail: valeriaaraujo@aluno.uespi.br

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Profhistória. E-mail: jaciara.braga14@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Profhistória. E-mail: eldaportela78@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Profhistória. E-mail: jennyffer.tles@gmail.com

⁵ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Profhistória. E-mail: anyellevs@gmail.com

⁶ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Profhistória. E-mail: franciscouchoa@aluno.uespi.br

RESUMO: O artigo Malala e o Direito à Educação: reflexões sobre a infância a partir de uma sequência didática discute a elaboração e análise de uma proposta pedagógica voltada para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Estadual do Piauí. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, apresenta a sequência didática “Malala e o Direito à Educação”, destacando sua relevância para o ensino de História ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos históricos e ao compreender a educação como direito social e historicamente conquistado. Fundamentado em autores como Arendt, Braga, Costa, Duarte Quarpper e Sosenski, o trabalho articula práticas pedagógicas participativas que incentivam autonomia discente e construção coletiva do conhecimento. Os resultados evidenciam que os estudantes passaram a perceber a educação como direito fundamental indispensável à vida individual e coletiva, fortalecendo reflexões críticas sobre cidadania e protagonismo infanto-juvenil.

Palavras-chave: Ensino de História; Protagonismo Infanto-Juvenil; Direito; Educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma discussão acerca do direito à educação e do reconhecimento de que as crianças e adolescentes são sujeitos históricos, e a princípio, vem ganhando crescente espaço epistemológico nas reflexões educacionais contemporâneas, especialmente no âmbito do ensino de História. Apesar desses avanços nas discussões historiográficas, crianças e jovens ainda aparecem de forma limitada como protagonistas em materiais didáticos e nas práticas escolares, sendo frequentemente apresentados como sujeitos passivos dos processos educacionais e históricos.

Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem aos estudantes compreenderem a educação como uma conquista social e histórica, associada à construção



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

da cidadania, dos direitos humanos e do protagonismo infanto-juvenil. Assim, pensar o ensino de História a partir das experiências das infâncias e juventudes contribui para ampliar a percepção dos alunos sobre seu papel ativo na sociedade e nos processos históricos.

Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho apresenta a sequência didática intitulada “*Malala e o Direito à Educação*”, que tem como eixo norteador a luta pela garantia de direitos educacionais, tomando como referência a trajetória da jovem ativista paquistanesa Malala Yousafzai. A escolha da personagem justifica-se por sua relevância no cenário internacional contemporâneo, sobretudo por representar a defesa do acesso à educação como direito fundamental, especialmente para meninas e crianças em contextos de vulnerabilidade social e política. Ao enfatizar essa experiência para o ambiente escolar, busca-se aproximar os estudantes de debates do tempo presente, estabelecendo conexões entre realidades globais e o contexto brasileiro.

Este artigo tem como objetivo geral apresentar e analisar a sequência didática “*Malala e o Direito à Educação*”, evidenciando suas contribuições para o ensino de História a partir da valorização do protagonismo infanto-juvenil e da compreensão da educação como direito histórico e social. Como objetivos específicos foram estabelecidos os seguintes: Compreender a importância da educação e do protagonismo infanto-juvenil através da história de Malala Yousafzai; Mobilizar os alunos para a compreensão do protagonismo de meninos e meninas no ativismo social pelo direito a educação; Refletir sobre o ECA e a importância do direito à educação, destacando o ativismo de Malala Yousafzai em outros países; Identificar e refletir sobre a desigualdade de direitos em nosso contexto e em outros lugares durante a História; Desenvolver a empatia e o respeito às diferenças sociais, culturais e históricas entre os povos sem perder de vistas a conquista e manutenção dos direitos de crianças e adolescentes.

A proposta pedagógica dialoga com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permitindo que os alunos reconheçam a educação como direito assegurado legalmente e como resultado de processos históricos de luta e conquista social, relacionando conteúdos históricos às experiências cotidianas dos estudantes e incentivando reflexões sobre cidadania, diversidade, respeito às diferenças e participação social.

Alinhada às habilidades previstas no Currículo do Piauí para o 5º ano do Ensino Fundamental — especialmente aquelas relacionadas à compreensão da cidadania como construção histórica e ao respeito aos direitos humanos — sendo estas as habilidades: (EF05HI05) - Associar o conceito de



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica; e (EF05HI04) -Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos e ao estatuto da criança e do adolescente, a sequência foi planejada para ser desenvolvida em quatro aulas, utilizando metodologias diversificadas e fontes múltiplas, como textos literários, materiais audiovisuais, notícias jornalísticas e documentos históricos. Tal diversidade metodológica visa favorecer a aprendizagem significativa, estimulando a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e propositivo, centrada na elaboração e análise de uma sequência didática para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho fundamenta-se em abordagens que valorizam as infâncias e juventudes como sujeitos históricos, articulando práticas pedagógicas participativas que incentivam a autonomia discente e a construção coletiva do conhecimento.

Por fim, este artigo organiza-se em três partes principais: inicialmente apresenta-se a fundamentação teórica que sustenta a proposta; em seguida, descreve-se a sequência didática e suas etapas de aplicação; e, por fim, são apresentadas as considerações finais acerca das contribuições pedagógicas da experiência para o ensino de História.

METODOLOGIA

O presente trabalho é fruto de uma proposta avaliativa da disciplina História das Infâncias e Juventude e o Ensino de História do curso de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Estadual do Piauí. Como ocorre em todas as pesquisas, seja no campo das ciências naturais ou sociais, o curso da pesquisa histórica obedeceu a um plano. Para tanto, tomam-se como referência cinco fases: levantamento bibliográfico, elaboração da sequência didática, aplicação da proposta pedagógica, análise e interpretação dos dados e redação do artigo com seus discursões teóricas e resultados.

O levantamento da bibliografia referente ao tema, sua seleção e fichamento têm como objetivo inteirar o pesquisador acerca do “estado da arte” da produção historiográfica aliada ao ensino de História. Para tanto, foram realizados estudos relacionados à temática proposta por esta pesquisa. O material foi acessado em bibliotecas públicas e particulares, e em acervos online (Biblioteca Nacional Digital, Domínio Público, dentre outros).



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

A sequência didática “Malala e o Direito a Educação” desenvolve as habilidades do Currículo Piauí (EF05HI05) e (EF05HI04) a fim de trabalhar a unidade temática “Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social”. É composta por quatro horas aulas com duração de 50min (cinquenta minutos) cada, desenvolvida com alunos do quinto ano do ensino fundamental anos iniciais na Escola Municipal Bilíngue Libras Português. Assim, as quatro aulas abordaram os conteúdos a seguir: Cidadania e o direito a educação; Protagonismo Infanto-juvenil e o direito a educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e o direito a educação; Educação: conquista social e histórica, respectivamente.

As fontes utilizadas no desenvolvimento das atividades foram diversificadas, tais como: livro paradidático, reportagens de noticiários, trechos do discurso em texto e arquivo audiovisual, documentários em formato de animações e textos, discurso de Malala Yousafzai na Organização das Nações Unidas-ONU no ato do recebimento do prêmio Nobel da Paz, seu ativismo em relação a educação de meninas no Brasil através do Fundo Malala, bem como, noções gerais sobre o direito a educação previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

As discussões teóricas que fundamentam a construção da sequência didática encontram seus principais aportes no ensino da história das infâncias e juventudes como espaço de discussão acadêmica. Para tanto buscou-se suporte em autores como Arendt (2020); Braga (2016); Costa (2023); Duarte Quarpper (2012); Sosenski (2015) buscando destacar as posições históricas destes sujeitos, compreender como estão sendo representados e sua importância como participantes dos eventos históricos e não tão somente como futuros adultos.

Com abordagem qualitativa, o trabalho proporcionou que a coleta de dados ocorresse de forma processual a partir da aplicação da sequência didática e observação participante. Durante as aulas foram realizados registros fotográficos, anotações de campo e análise das atividades produzidas pelos alunos após a aplicação da proposta. Por fim, é importante ressaltar que o planejamento inicial passou por ajustes pontuais durante a execução para melhor se adequar ao ritmo de aprendizagem da turma.

DESENVOLVIMENTO DO ARTIGO

1.1. Infâncias e juventudes em perspectiva histórica



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

As histórias das infâncias e das juventudes constitui-se como um campo fundamental para compreendermos como crianças e jovens foram percebidos, representados e inseridos socialmente ao longo do tempo. Ao voltarmos o olhar para esses sujeitos históricos, ampliamos a reflexão sobre os lugares que ocuparam — e ainda ocupam — na sociedade. Dessa forma, infância e juventude deixam de ser vistas apenas como fases transitórias da vida e passam a integrar debates relevantes acerca de seu protagonismo social. Essa perspectiva também tensiona a tradição historiográfica centrada exclusivamente na experiência adulta, questionando a ideia de que apenas os adultos são agentes legítimos da narrativa historiográfica.

Para a composição desse trabalho as discussões teóricas que fundamentam a construção da sequência didática intitulada: “Malala e o direito a Educação”, encontram seus principais aportes no ensino da história das infâncias e juventudes como espaço de discussão acadêmica. Para tanto buscou-se suporte em autores como Arendt (2020); Braga (2016); Costa (2023); Duarte Quarpper (2012); Sosenski (2015) buscando destacar as posições históricas destes sujeitos, compreender como estão sendo representados e sua importância como participantes dos eventos históricos e não tão somente como futuros adultos. Em perspectiva histórica as infâncias e juventudes nem sempre foram reconhecidos como sujeitos protagonistas, ou mesmo sujeitos históricos, sendo em muitos momentos negligenciadas e/ou invisibilizadas. De acordo com Costa,

A tese era de que a infância, ou melhor, o “sentimento de infância”, não existia até a Idade Média, pois “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância naquele mundo (Costa, 2023, p.165).

Com isso evidenciamos que a infância como sujeito na idade média ocidental não era representada enquanto sujeito histórico. Essa visão vai alterar-se a partir do século XVIII com a mudança na visão histórica da família que passou a ser encarada a partir da norma familiarburguesa tendo como função proteger e tornar essa criança um adulto saudável apto a servir a sociedade burguesa que cada vez mais precisaria de mão de obra fabril ou camponesa. Corroborar nesse sentido Arendt:

Tal movimento – descrito pela historiografia como nascimento e consolidação do ideário da infância burguesa –, foi pautado pelo processo de transformação da população infanto-



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

juvenil em seres em formação, os quais necessitariam de cuidados materiais e afetivos de seus pais e/ou parentes (Arendt, 2020, p.289).

Trazer o ensino da história das infâncias e juventudes de forma a dar lugar e voz a crianças e adolescentes como protagonista em eventos históricos como apresenta Sosenski (2015) coloca crianças e jovens defronte à importância de enxergar-se como cidadãos.

La enseñanza de una historia en la que los niños aparezcan como actores sociales y no sólo como sujetos subordinados al poder de los adultos, podría facilitar procesos de empatía y provocar que los alumnos adviertan que la participación de las personas de su edad (y no sólo de los adultos) es importante en el devenir social (Sosenski, 2015, p.135).

Com isso, ao passo que infâncias e juventudes aproximam - se de um contexto de sujeito histórico, notadamente vai sendo inserido também em um contexto de garantias de direitos socialmente reconhecidos.

Desde a publicação do livro clássico de Philippe Ariès, em 1960, até nossos dias, a história da infância se estabeleceu enquanto campo de discussões historiográficas, e recentemente vem ampliando seu escopo, dialogando e incorporando conhecimentos de outras áreas do conhecimento histórico e das humanidades (...) (Braga, 2016, p. 39).

Nesse processo de entendimento sobre como a história pode dar voz e/ou invisibilizar crianças e jovens, cabe refletir sobre o caráter adultocêntrico das sociedades ao longo da história, sendo considerado esta, uma marca das sociedades do patriarcado como destaca Duarte Quarpper (2012) e nessas condições o estado de juventude e infância é marcado por conflitos sociais o que confere a faixa etária adulta a capacidade de controlar aqueles a quem define como menores. Isso evidencia-se diante de estruturas econômicas e político-institucionais da modernidade.

Também nesse contexto diante da complexidade das problemáticas sociais emergentes, destaca-se a busca pela construção do conceito de criança universal, para a qual se destinavam normativas internacionais que dessem conta do ser criança na modernidade. Arendt (2020) infere que “num hiato de aproximadamente 80 anos, que, pelo menos na letra da lei, as organizações internacionais buscaram garantir direitos a crianças, adolescentes e jovens das diferentes regiões do globo”, frutos da investida em direção a essa criança universal. Fazer perceber então, que crianças e adolescentes também fazem parte da história tendo capacidade de ação e participação nesta, como



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

protagonistas abre a possibilidade de dar-lhes visibilidade, em contraponto ao que coloca Sosenski (2015) quanto a marginalização da representação de crianças e jovens em livros e texto que ensinam história:

La marginación de los niños de los trabajos historiográficos, de los libros de texto y de la historia enseñada, responde en gran medida a una visión dominante y adultocéntrica, que ha minimizado su protagonismo y su acción y, en cambio, los ha considerado actores periféricos, subalternos, sin autoridad, sin poder de transformar, así como receptores pasivos de las políticas públicas y, en suma, sujetos supeditados al poder del mundo adulto (Sosenski, 2015 p. 142).

Dessa forma, deixar crianças e jovens longe da historiografia nos livros relega todo o potencial destes atores à condição de passividade, distantes da condição de mobilizadores de temas do seu tempo e de reivindicações quanto a espaços e direito de opinar e agir. A escolha de abordar a trajetória de luta de Malala Yousafzai mostra-se pertinente quando o objetivo é dar visibilidade às infâncias e juventudes, situando a discussão no contexto da história do tempo presente. Ao trazer sua experiência, estabelece-se um diálogo direto com a temática dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, especialmente a partir da reflexão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de possibilitar conexões com a realidade vivenciada pelos próprios alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sequência didática “Malala e o direito à educação”, desenvolvida com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, evidenciou resultados significativos no que diz respeito à compreensão da educação como direito, ao desenvolvimento do protagonismo infanto-juvenil e à formação de atitudes críticas e de alteridade relacionadas à cidadania e aos direitos humanos. Essa ação se enquadra nos fundamentos defendidos pela BNCC, especialmente nas suas competências gerais, quando afirma que o exercício da empatia, “o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos” (Brasil, 2018, p.9) revela-se essenciais para defesa de uma educação equitativa e democrática.

Nesse prisma, os resultados obtidos permitiram observar que os estudantes passaram a reconhecer a educação não apenas como uma obrigação formal, mas como um direito fundamental historicamente conquistado, indispensável para a vida existência individual e coletiva. A iniciativa de utilização da trajetória de Malala Yousafzai como eixo principal da sequência favoreceu a



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

aproximação entre um contexto globalizado e a realidade local dos alunos, permitindo que refletissem criticamente sobre desigualdades no acesso à educação em diferentes tempos, culturas e espaços.

Dessa maneira, a seguir trataremos dos resultados da sequência didática por etapas, assim ressaltando o processo de criação do objeto didático.

Na primeira etapa da sequência, voltada à discussão sobre cidadania e direito à educação, os registros coletivos produzidos no mural da sala indicaram que os alunos conseguiram relacionar o conteúdo literário à sua própria vivência, destacando aspectos como a importância da escola, do professor e das condições materiais para garantir uma educação de qualidade. Esse resultado aponta para a potência do uso da literatura infantojuvenil como fonte pedagógica, capaz de sensibilizar e mobilizar reflexões sociais relevantes desde os anos iniciais da escolarização. Para execução de parte da aula 1(um) e em outros momentos da sequência, sugere-se a organização dos alunos em grupos de trabalho o que possibilita ao professor atender as características de meninos e meninas de acordo com possibilidades, interesses e níveis de elaboração de conhecimento dos alunos (Zabala, 1998).

Na segunda aula, dedicada ao protagonismo infanto-juvenil, a análise do material audiovisual e a oficina de cartazes revelaram que os estudantes passaram a se perceber como sujeitos ativos, capazes de atuar na defesa de direitos. As produções visuais e orais evidenciaram a apropriação da ideia de que crianças também podem participar de transformações sociais, sobretudo quando associam educação, diálogo e ação coletiva. Tal resultado reforça a importância de práticas pedagógicas que rompem com a visão passiva da infância, reconhecendo-a como categoria histórica e social.

Os resultados da terceira aula demonstraram avanços relevantes na compreensão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A metodologia de rotação por estações favoreceu o engajamento, a autonomia e a cooperação entre os estudantes¹. As fichas de atividades revelaram que os alunos foram capazes de identificar artigos relacionados ao direito à educação, bem como associar a legislação brasileira a ações contemporâneas de defesa desse direito, tanto no Brasil quanto em outros países. Esse movimento contribuiu para o entendimento do ECA como um instrumento concreto de garantia de direitos, e não apenas como um texto normativo abstrato.

¹ Segundo Horn; Staker (2015), a metodologia de rotação significa que (...) os estudantes alternam entre o ensino on-line conduzido pelo professor em pequenos grupos e tarefas registradas em papel e realizadas em suas mesas (...) O fundamental é que o professor, ou o relógio, anuncie que chegou a hora de trocar, e todos mudem para a próxima atividade designada no curso” (2015, p.38).



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

Por fim, na aula de encerramento, os debates e as produções escritas em dupla indicaram que os estudantes desenvolveram uma compreensão histórica da educação como conquista social, reconhecendo que nem sempre esse direito foi assegurado de forma igualitária. As reflexões produzidas evidenciaram o desenvolvimento da empatia e do respeito às diferenças culturais, sociais e históricas, além da capacidade de projetar ações possíveis em seu próprio contexto para a defesa do direito à educação.

Portanto, de forma integrada, os resultados apontam que a sequência didática contribuiu para o fortalecimento da consciência cidadã, para a ampliação do repertório histórico e social dos estudantes e para a construção de uma aprendizagem significativa, ancorada em metodologias ativas, fontes diversificadas e na articulação entre o local e o global. Assim, a experiência reafirma o potencial de práticas pedagógicas que associam direitos humanos, ensino de história e protagonismo infanto-juvenil nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da sequência didática Malala e o direito a educação traz contribuições para o ensino aprendizagem da história das infâncias e juventudes no sentido de potencializar discussões acerca do protagonismo infanto-juvenil em acontecimentos do tempo presente como o direito ao acesso a uma educação de qualidade podendo inclusive ser adaptada para tratar de jovens protagonista do tempo atual como, Greta Thunberg, Txai Suruí, que são ativistas dos direitos humanos, justiça climática dentre outros problemas da atualidade.

Sendo a sequência didática uma ferramenta pedagógica que orienta o professor a conduzir o conteúdo de forma progressiva e significativa, procurou-se desenvolver propostas de atividades, utilizando elementos que pudesse facilitar a reflexão e construção de conhecimento pelos alunos, sendo assim, com essa atividade coloca-se o aluno/criança em um contexto de reconhecimento de sua realidade e a possibilidade de pensar propostas de transformação do seu status quo.

O encadeamento dado na construção desta sequência didática proporciona mobilização de conhecimentos prévios dos alunos, a problematização de conceitos e dados da realidade histórica fazendo-os refletir sobre o seu lugar no mundo, a conquista de direitos dos povos e das sociedades, o que possibilitará ao aluno exercer autonomia e protagonismo em sala de aula reconhecendo-se como parte do processo de construção do conhecimento.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:**

acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AREND, Silvia Maria Fávero. Uma carta, uma declaração, uma convenção: infâncias, normativas internacionais e direitos humanos no tempo presente. *In: COLEÇÃO História do Tempo Presente*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. v. 3.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

GANHADORA do Nobel da Paz pede ações contra evasão escolar no Brasil. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 21 fev. 2022. Educação. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-02/ganhadora-do-nobel-da-paz-pede-acoes-contra-evasao-escolar-no-brasil/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

HAHON, Eduardo. Malala Yousafzai escreve para Rodrigo Pacheco e pede investimento em educação. *CNN Brasil*, [S. l.], 19 fev. 2022. Internacional. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/malala-yousafzai-escreve-para-rodrigo-pacheco-e-pede-investimento-em-educacao/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

HELAL FILHO, William. Conheça Malala Yousafzai, adolescente que levou um tiro na cabeça do Talibã porque queria ir à escola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 out. 2014. Mundo. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/conheca-malala-yousafzai-adolescente-que-levou-um-tiro-na-cabeca-do-taliba-porque-queria-ir-escola-14203022>. Acesso em: 28 fev. 2026.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2017.

MALALA dedica Nobel da Paz a crianças ‘sem voz’ e convida premiês para entrega. *G1*, [S. l.], 10 out. 2014. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/10/malala-dedica-nobel-criancas-sem-voz-e-convida-premies-para-entrega.html>. Acesso em: 28 fev. 2026.

SOSENSKI, Susana. Enseñar historia de la infancia a los niños y las niñas: ¿para qué? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 132-154, jan./abr. 2015. Disponível em:

https://ru.historicas.unam.mx/bitstream/handle/20.500.12525/439/61_2015_ensinar_historia_sosenski_rh.pdf?sequence=3. Acesso em: 22 fev. 2026.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

SOUSA, Sara Nickaelly Aparecida de. **Narrativa de experiência como retextualização**: um estudo das obras autobiográficas de Malala Yousafzai. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Regional do Cariri, Crato, 2022.

YOUSAFZAI, Malala. **Malala Yousafzai – Discurso/exposição sobre educação**. [S. l.]: YouTube, 12 jul. 2013. 1 vídeo (17 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=--blSbx0Xyg>. Acesso em: 28 fev. 2026.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.